

CRUZAR
HISTÓRIAS
I OFICINAS
LUSO-AFRO-
-BRASILEIRAS

COORD.
LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES
GASPAR MARTINS PEREIRA



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSVERSAL
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Título: *Cruzar Histórias: I Oficinas Luso-Afro-Brasileiras*

Organização: Luís Alberto Marques Alves | Gaspar Martins Pereira

Design das Publicações CITCEM: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Paginação desta edição: by Scala | Graphic Performance

Fotografia de capa: by Scala (a partir da Bússola Marítima de Francisco António Gallo, Porto, Museu do ISEP, Coleção de Física)

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”

Via Panorâmica, S/n | 4150-564 Porto | citcem@letras.up.pt

ISBN: 978-989-8351-73-9

DOI: 10.21747/9789898351739/alv2017

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.



III.
HISTÓRIA,
MEMÓRIA E
PATRIMÔNIOS
LUSO-AFRO-
-BRASILEIROS

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIOS LUSO-AFRO-BRASILEIROS

SARA OLIVEIRA FARIAS*

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como propósito refletir sobre a relação entre história, memória e o uso dos patrimônios. Nas últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI, estas categorias vêm sendo discutidas por profissionais das diversas áreas do conhecimento: ciências humanas, ciências sociais aplicadas, educação, ciências ambientais, entre outras. Pode-se pensar na necessidade atual das nossas sociedades em refletir, problematizar o uso da memória e sua relação com a História, mas também a categoria patrimônio em associação tanto com a História como com a memória.

A noção de patrimônio se expandiu e, atualmente, definir o conceito de patrimônio parece ser tarefa complexa, melhor seria falar em “patrimônios”. No Brasil, a noção de patrimônio abrange desde o patrimônio material ou bens de pedra e cal (igrejas, ruas, praças, monumentos, conjuntos urbanos, etc.) até a noção de patrimônio cultural imaterial ou intangível, patrimônio este que de acordo com o decreto 3.551 do governo federal inventaria e registra o patrimônio imaterial, afirmando que

O referido decreto colocou em cena uma antiga preocupação de alguns intelectuais brasileiros, entre os quais se destacou Mário de Andrade, qual seja, a de valorizar o tema do intangível, contribuindo social e politicamente para a construção de um acervo amplo e diversificado de expressões culturais, em diferentes áreas: línguas, festas, rituais, danças, lendas, mitos, músicas, saberes, técnicas e fazeres diversificados¹.

* Doutora em História (UFPE). Professora Adjunta da graduação e pós-graduação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Autora de artigos e de livros sobre a temática da História e Memória, entre eles o livro *Enredos e Tramas nas minas de ouro de Jacobina* (2008) publicado pela Editora da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: sarafarias@uol.com.

1 ABREU & CHAGAS, 2003: 11.

O conceito, portanto, tornou-se político, mobilizando a sociedade civil em torno da nova agenda patrimonial. Assim, pesquisadores e estudiosos como “antropólogos, educadores, sociólogos, museólogos e uma gama significativa de profissionais da área das Ciências Sociais”² foram convidados na maioria das vezes pelo poder público para ministrarem seminários regionais e nacionais para formular:

*Novas metodologias de pesquisa e estratégias de ação, capazes de dar conta da recente concepção patrimonial; segmentos sociais diversos reivindicam lugar de destaque para manifestações culturais distintas [...] efeito da disseminação do conceito antropológico de cultura, no qual a ideia de diversidade consolida-se como força motriz, em oposição ao conceito iluminista de cultura como civilização e erudição, lugar a que poucos tem acesso? Talvez*³.

Nesse sentido, o mundo da cultura torna-se, agora, agenda nacional, integrando uma rede política, uma política de governo no Brasil. Assim, este cenário possibilitou o trabalho de profissionais como a autora deste artigo de participar de pesquisa, na cidade do Salvador, na Bahia, Brasil, no período de 2000 a 2003⁴.

A EDUCAÇÃO É PATRIMONIAL

No início dos anos de 2000 participei como pesquisadora de uma equipe multidisciplinar para discutir estratégias, formular metodologia de trabalho para estudar e formatar o patrimônio em atrativo turístico de alguns locais da cidade de Salvador. A pesquisa tinha entre outros objetivos estudar o patrimônio local através da Educação Patrimonial “sensibilizando e valorizando o patrimônio, mas também o lugar onde o patrimônio esta inserido, destacando sobretudo o processo identitário que ocorre através de uma “consciência patrimonial”⁵. Assim, os moradores do lugar modificam seu papel: de espectadores do patrimônio passam a ser atores desse processo. A Educação Patrimonial pode ser compreendida como um processo constante, sistemático, centrado no patrimônio cultural como instrumento de afirmação da cidadania e envolve a comunidade.

A Educação Patrimonial só é possível quando se trabalha a Interpretação do Patrimônio, processo este que foi formalizado nos anos de 1950, nos E.U.A, por Freeman Tilden, que a conceitua com “uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiências de primeira mão e por meio de mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar as informações factuais”⁶.

2 ABREU &CHAGAS, 2003: 12.

3 ABREU &CHAGAS, 2003: 12.

4 A pesquisa *A Forte evocação dos Fortes: Interpretação Patrimonial: do Bonfim a Mont Serrat, na Península de Itapagipe*, coordenado pela profa. Eny Kleide Farias da Faculdade Olga Mettig (FAMETTIG).

5 PAULA, 2012: 25.

6 MIRA, 2007: 16-17.

Nesse sentido, a comunicação é central e a Interpretação do Patrimônio descreve estas atividades de comunicação com o objetivo de “melhorar o entendimento do patrimônio nos parques, zoológicos, museus, centros naturais e aquários, como objetivo de criar uma atitude favorável aos fatos que são apresentados”⁷. Atualmente, no Brasil, as pesquisas sobre Interpretação do Patrimônio aplicaram o conceito “na construção de atrativos com as comunidades, feito por, para e geridos pela mesma”⁸. Assim, as definições de pesquisadores da Europa, Estados Unidos, Brasil foram variadas, mas todas centralizando a ideia da Interpretação como uma atividade que comunica algo a um público. A autora brasileira Stella Murta define como:

*Mais que informar, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante e proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade. Para atingir seus objetivos, a interpretação utiliza várias artes da comunicação humana — teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura, arquitetura, sem, todavia, se confundir com os meios de comunicação*⁹.

Na pesquisa com a Educação Patrimonial incluí também duas noções que foram trabalhadas: a história do lugar e a memória construída sobre aquele patrimônio. É preciso introduzir, ainda que de forma rápida, devido ao limite da própria oficina e, conseqüentemente, do presente texto, a relação entre História, memória e patrimônios como elementos fundamentais para o trabalho com a educação patrimonial.

Os percursos para construção deste artigo partem de cursos que realizo na Universidade do Estado da Bahia, onde discuto a relação da memória, da História e de como ela pode ser utilizada associada a outra categoria de análise, muito significativa, tanto nos estudos da História como da memória: o patrimônio. De acordo com a constituição do Brasil, o patrimônio é definido da seguinte forma:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
*V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico*¹⁰.

7 MIRA, 2007: 51.

8 MIRA, 2007: 51.

9 MURTA & ALBANO, 2002: 12.

10 Constituição Federal do Brasil, 1988.

Nesse sentido, memória e patrimônio se entrelaçam, configuram possibilidades de análise não somente no campo da História, mas também no âmbito das Ciências Sociais e Humanas. Ressalto que à palavra patrimônio foi frequentemente associada à ideia de bens de família, herança paterna, o patrimônio enquanto perpetuador da memória, mas também como forma de expressão da identidade dos territórios, das comunidades e do seu cotidiano. Assim, a identidade “é um valor inseparável do patrimônio... considerado o que nos é intimamente significativo”¹¹. Foi nessa vertente que participei em 2001 de um projeto de pesquisa na cidade de Salvador, intitulado: *A Forte evocação dos Fortes: Interpretação Patrimonial: do Bonfim a Mont Serrat, na Península de Itapagipe*. A equipe do projeto era composta por profissionais formados em várias áreas do conhecimento como Pedagogia, Turismo, Economia, Letras e História. O diálogo multidisciplinar proporcionou uma abordagem mais completa da temática em questão e permitiu entre outras coisas, observar os seguintes aspectos para o estudo com a Interpretação do Patrimônio:

- Conservação e preservação (quais os significados do patrimônio para os moradores do local);
- Sistema de comunicação (se os patrimônios apresentam alguma indicação, informação sobre o histórico, arquitetura, etc.);
- Festas, devoção (Senhor do Bonfim) tradição oral, gastronomia (é culinária com forte influência afro-brasileira) música (ijexá, afoxé) dança e artesanato;
- Relação comunidade/patrimônio cultural: procurar observar se possível: Como a comunidade se relaciona com seus patrimônios. Os reconhece como seus? Existe o sentimento de pertencimento? É guardião desses patrimônios?;
- Destacar como esses aspectos podem contribuir para uma prática pedagógica voltada para a Educação Patrimonial.

Nessa perspectiva, interpretar o patrimônio (tanto o material quanto o imaterial) tem como foco revelar significados, provocar emoções, estimular a curiosidade, propor uma experiência inesquecível, fortalecer as identidades culturais entre outros aspectos. Assim, a interpretação é uma atividade educativa não se limitando a dar uma mera informação de seus efeitos. r da Memória e, simultaneamente, forma de expressão da Identidade dos territórios, das populações e dos seus quotidianos.

MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CAMINHOS POSSÍVEIS

A experiência de analisar a Interpretação do Patrimônio a partir do trabalho com o forte militar da península de Itapagipe (Forte de Mont Serrat) propiciou trabalhar a auto estima da comunidade envolvida no projeto, sobretudo, se levarmos em consideração, que a

11 PINTO, 2016: 21

comunidade era composta, em sua maioria, de pessoas pobres e com pouca instrução formal educacional. A pesquisa consistia, entre outros objetivos, na criação de cinco atrativos turísticos formatados pelos residentes locais a partir do trabalho de Interpretação do Patrimônio ambiental, cultural e histórico. Assim, artesãos, cozinheiras, baianas de acarajé, pescadores, entre outros grupos, re-elaboraram a sua vivência através do sentimento de pertença à comunidade da península de Itapagipe, localizada na cidade baixa, em Salvador, no Estado da Bahia. Desse processo de Interpretação resultaram cinco atrativos:

1. ADOCCI – Associação das doceiras e confeitadeiras de Itapagipe. Era composta por doceiras, baianas de acarajé, confeitadeiras que vendiam suas mercadorias pela localidade. Com o trabalho da Interpretação do Patrimônio, elas agregavam valores aos produtos vendidos, contavam história das comidas produzidas, o que atualmente se chama de gastronomia local ou de raiz. Com esse trabalho, as doceiras e confeitadeiras começaram a expor seus produtos em feiras locais não somente em Itapagipe, mas em outros bairros da cidade de Salvador.
2. ARTESANATO – Era formada por artesãs de um dos bairros que compõem a península de Itapagipe, o bairro do Uruguai, onde existe uma associação de artesãos e artesãs. Como elas já trabalhavam com artesanato, muitas delas inclusive herdaram dos pais, o ofício. A equipe do projeto colaborou no sentido de que o grupo fizesse o artesanato com a identidade do local, ao invés de reproduzir temas que eram costumeiramente retratados. Assim, com a Interpretação do Patrimônio, as artesãs começaram a produzir peças que traduzissem a identidade do local. Esse trabalho foi extremamente estimulante e gratificante para toda a equipe.
3. ITAPAGYPE CANTA – Era formado por um grupo de cantores do local que compunham e tocavam música que retratava o cotidiano do lugar. Geralmente, os temas abordados falavam do mar, da pescaria, do samba de roda, elementos identitários de uma velha Bahia que achávamos não mais existir.
4. 3 ELEMENTOS – Era formado por um artista plástico e seus filhos que desenhavam e pintavam cotidiano da Península de Itapagipe como peixes, mar, igrejas, praças e monumentos.
5. TRILHA DA FÉ – Era realizado por senhoras da localidade e consistia em roteirizar um caminho pelos monumentos religiosos da Península, como por exemplo, a mais famosa Igreja e ponto turístico da Bahia, a Igreja de N. S. do Bonfim, datada do século XVIII. A devoção ao Senhor do Bonfim constitui a expressão religiosa mais popular entre os baianos.

Nesse sentido, tentar compreender as tramas urdidadas dos significados construídos pela comunidade passou a ser um caminho metodológico construído pela equipe. O trabalho com a metodologia da história oral foi pertinente, pois propiciou a equipe do projeto em trabalhar aspectos já elencados como a relação de amor dos moradores com o local. Muitos afirmaram que, apesar de saberem o que querem para o bairro, muitas vezes não se sentem envolvidos, ou melhor, não sabem como poderiam modificar aquela realidade.

Lulu, morador no local há mais de 30 anos, retrata a Ribeira (bairro pertencente a península de Itapagipe) como um bairro “que tem muitos problemas, mas ama a Ribeira”¹².

Plínio, morador da av. Beira Mar, é aposentado e para ele tudo está bom: “o bairro é bom, tem vida saudável, tem tudo que precisa na Ribeira, serviços, paz, tranquilidade...”. Os símbolos como o mar, as conversas com amigos, o pôr-do-sol, a procissão do Mont Serrat em direção à Penha apareceram durante a entrevista, revelando um cenário multicultural e patrimonial da península¹³.

As memórias individuais e coletivas dos sujeitos históricos percorrem caminhos múltiplos, um deles a busca pela afirmação e reafirmação das identidades que são construídas também pela consciência do poder pessoal e da luta política travada pelos indivíduos. Nesse sentido, foi fundamental trabalhar com os relatos orais de memória da comunidade ou pelo menos de parte dela, procurando compreender o processo complexo da construção de suas memórias, ou seja, como se identificaram com o patrimônio local, quais os significados atribuídos a sua prática cultural, como se percebem enquanto moradores de uma península com muitos atrativos e signos? questões significativas que nos conduzem a um outro campo do conhecimento nomeado como Educação Patrimonial.

Dessa forma, trabalhou-se com os relatos orais de memória, observando o caráter coletivo e seletivo da memória, bem como a interação passado e presente durante todo esse processo, relacionando-se os depoimentos à conjuntura em que foram produzidos. Os estudos com os relatos de memória de alguns moradores pretendem focalizar como organizam suas narrativas, como atualizam seu passado no presente, como produzem sua temporalidade histórica e, sobretudo, como constroem suas identidades, buscando reafirmar o lugar da Península de Itapagipe em Salvador, na Bahia e no Brasil.

Nessa perspectiva de trabalho com a Educação Patrimonial estamos a tentar centralizar nossos estudos em outro Patrimônio cultural, localizado no centro histórico de Salvador: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho.

MEMÓRIA E HISTÓRIA: A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS DO PELOURINHO

As irmandades católicas foram no período colonial e imperial importantes formas de organização negra na cidade de Salvador. Através delas é possível perceber como seus associados, ainda que pertencentes a uma religião oficial, no caso o catolicismo, não esqueceram suas tradições. Ao invés de confrontarem diretamente com o *status quo*, os confrades negros optaram por outra forma de resistência. Lutaram silenciosamente dentro do que o sistema permitia.

12 As entrevistas foram sempre mediadas por um pesquisador da pesquisa, mas acompanhado por uma dupla de alunos-bolsistas. Entrevista realizada em julho de 2002.

13 Entrevista realizada em julho de 2002.

Nossa Senhora do Rosário se popularizou entre os negros, tornando-se sua protetora. Na Bahia, a irmandade do Rosário foi erguida e confirmada em 1685 na Sé Catedral. No início do século seguinte, os confrades levantaram sua própria capela às Portas do Carmo, pelo que a confraria ficou conhecida como irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho.

As memórias individuais e coletivas dos sujeitos históricos percorrem caminhos múltiplos, um deles a busca pela afirmação e reafirmação das identidades que são construídas também pela consciência do poder pessoal e da luta política travada pelos indivíduos. Nesse sentido, é fundamental trabalhar com os relatos orais de memória da comunidade do Rosário dos Pretos, procurando compreender o processo complexo da construção de suas memórias, ou seja, como se identificam com a irmandade, quais os significados atribuídos à sua religiosidade, a sua prática cultural, como se percebem enquanto membros de uma confraria negra que sobreviveu ao longo da história? questões significativas que nos conduzem a um outro campo do conhecimento nomeado como Educação Patrimonial.

Rastrear os fios que engendram a história da irmandade é fundamental para o estudo do patrimônio, focalizando sobretudo sua dinâmica e prática cultural, ou seja, como a irmandade se transformou em símbolo cultural para a comunidade negra, suas lutas, os confrontos, as negociações com a sociedade civil. Questões que formam um verdadeiro mosaico das relações étnicas-culturais na confraria que merecem ser investigados.

Dessa forma, está sendo construído um projeto de Interpretação do Patrimônio que pretende trabalhar com os relatos orais de memória, observando o caráter individual, coletivo e seletivo da memória, bem como à interação passado e presente durante todo esse processo, como também relacionar os depoimentos à conjuntura em que foram produzidos. Os estudos com os relatos de memória dos confrades pretendem focalizar como organizam suas narrativas, como atualizam seu passado no presente, como produzem sua temporalidade histórica e, sobretudo, como constroem suas identidades, buscando reafirmar o lugar da comunidade negra do Rosário em Salvador, na Bahia e no Brasil.

E, por fim, ao rastrear essa história, utilizando a metodologia da história oral, será possível pensar o patrimônio como revelador de significados para determinado grupo social. O uso da memória é fundamental também para discutir a relação passado e presente a partir desta relação, pensar o patrimônio, enquanto cultura, memória e, sobretudo, enquanto história. Acredito que nestes tempos que o Brasil e o mundo estão vivendo nunca é demais trabalhar com a construção das identidades dos grupos sociais, culturais e étnicos. Nesse sentido, a história pode e deve ser um instrumento de construção identitária desses grupos e, sobretudo, de transformação social.

BIBLIOGRAFIA E FONTES:

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário, (org), (2003) — *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.
- CERTEAU, Michel de (1994) — *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994.
Constituição Federal do Brasil, 1988.
- FARIAS, Eny (1999) — *Interpretação do Patrimônio e cidadania: a participação da comunidade “Turismo Tendências e Debates”*. Salvador: Faculdade de Turismo da Bahia, n.2.
- FARIAS, Sara Oliveira (1997) — *Irmãos de cor, de caridade e de crença: A Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho na Bahia do século XIX*. Salvador, Bahia: UFBA. [Dissertação de Mestrado].
- HALBWACHS, Maurice (1990) — *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- MIRA, Rejane Silva (2007) — *Turismo e interpretação do patrimônio; uma abordagem comunitária*. Guarapari-ES: Ex Libris.
- MURTA, Stela M.; ALBANO, Celina (org.), (2002) — *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG.
- PAULA, Zuleide Casagrande de; et al (2012) — *Polifonia do Patrimônio*. Londrina: EDUEL.
- PINTO, Helena (2016) — *Educação Histórica e Patrimonial: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*. Porto: CITCEM.